



EDITORIAL

Pensar a Ciência do Direito e seus desdobramentos no laço social atual, especialmente no que diz respeito à construção e aplicação das normas penais, é um compromisso daqueles que tem a consolidação de uma sociedade justa, livre e solidária no horizonte constitucional. Cabe à universidade pública assumir a dianteira nesse debate, promovendo uma formação jurídica que integre conhecimento técnico-jurídico e experiências de aprendizagem dialógicas e críticas.

O presente volume, da Revista Direito & Dialogicidade (RDD), traz um dossiê que é fruto do debate profícuo realizado pelo curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Iguatu, durante o VI Congresso de Direito Nacional de Direito, realizado entre os dias 27 a 30 de novembro de 2023, cujo tema foi *A Ciência Criminal no Século XXI*.

Está disponível aos leitores os melhores trabalhos apresentados no evento, depois de um processo de avaliação e seleção pela comissão científica do evento e os editores da RDD, em dois formatos: *artigos completos* e *resumos expandidos*. Os assuntos abordados tocam as questões centrais do debate contemporâneo das ciências criminais, pautados na interdisciplinaridade e reflexão crítica, sob marcos teóricos alinhados aos Direitos Humanos, liberdades individuais, realização da justiça e promoção da democracia.

Os autores construíram leituras instigantes sobre *Sistema Prisional Brasileiro, Instrumentos de Ressocialização e Humanização da Pena, Crimes Cibernéticos, Necropolítica, Guerra ao Terror, Importunação Sexual, Mulheres Encarceradas e Suspensão Condicional da Pena*. Sob o estímulo e a orientação dos professores, os estudantes apresentam um consistente resultado do esforço pedagógico para a realização de uma formação jurídica profissional de qualidade e eticamente comprometida com a concretização dos valores dos Direitos Humanos Fundamentais.

Aproveitem a leitura e façam suas contribuições à RDD, através do portal de periódico e interaja em nossas redes sociais no Instagram: [dialogicidade](#).

Saudações Acadêmicas!

09 de setembro de 2024

Prof. Dr. **José Patrício** Pereira Melo

Prof. Dr. **Cristóvão Teixeira** Rodrigues Silva





UMA PALAVRA SOBRE O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA CONSTRUÇÃO DE UM EVENTO JURÍDICO

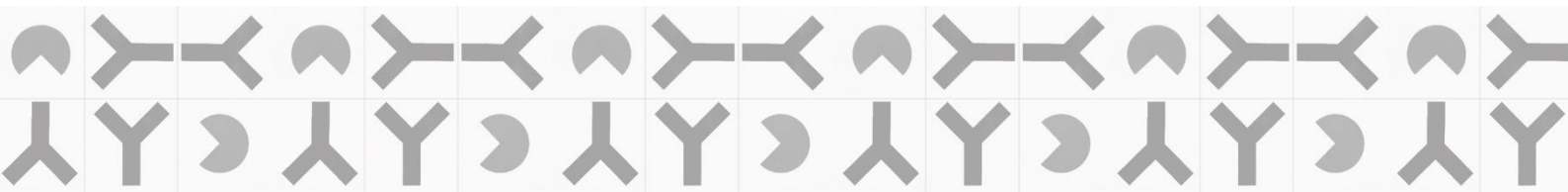
O Congresso Nacional de Direito (Iguatu, 2023) foi fruto de um esforço coletivo dos estudantes que compõem o centro acadêmico e de alunos que se voluntariaram para auxiliar-nos nessa árdua missão de executar um dos maiores eventos acadêmicos da nossa região.

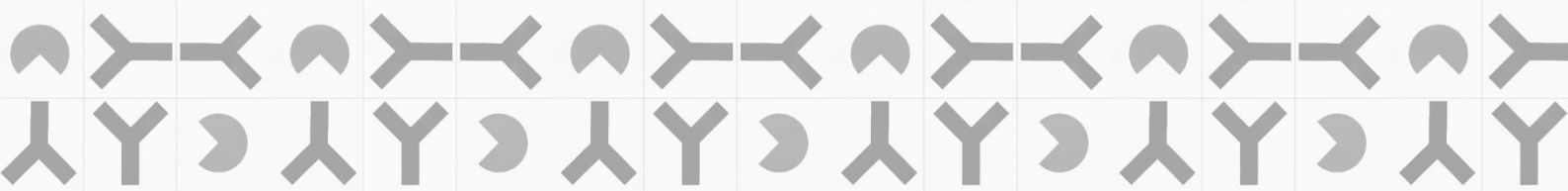
O movimento estudantil pode ser definido em uma palavra, e ela é: "luta". Lutamos desde o retorno ao presencial, pós-pandemia, por um ambiente estruturado, saudável e seguro e o VI Congresso de Direito foi a prova de que toda essa luta valeu a pena, contamos com diversos palestrantes renomados e que agregam bastante em nosso meio. Além do evento em si, a produção científica foi espetacular, com artigos e outras peças intelectuais aprovados pela ilustríssima comissão científica, com professores renomados.

Para além disso, o nosso centro acadêmico permanece uma instituição séria e interessada no bem estar dos alunos e da Universidade Regional do Cariri, prezando pela responsabilidade e qualidade das ações que tomamos e na confiança de que estejamos construindo um ambiente adequado para a absorção de conhecimento.

Natan Gomes

Secretário Geral do Centro Acadêmico Wanda Sidou





APRESENTAÇÃO

Os textos científicos (7 artigos e 5 resumos) apresentados neste volume especial da revista *Direito e Dialogicidade* foram elaborados, submetidos e apresentados por autores(as), acadêmicos(as) e professores das carreiras jurídicas, durante o VI Congresso de Direito (27 a 30 de novembro de 2023), evento coordenado pelo Centro Acadêmico e Coordenação do curso de bacharelado em Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA. O eixo norteador das discussões (“A Ciência Criminal no Século XXI”) reflete um destacado reforço da pauta superadora desde os referenciais dogmáticos-penais até a nova criminologia disruptiva, porquanto a chamada “última razão” do *ius puniendi* mostra-se, em sociedades complexas, uma forma de transformação e/ou fixação social na qual Estado, sociedade civil e indivíduos podem cooperar, embora nem sempre a pacificação de conflitos e reparação de danos se opere na concretude das realidades experienciadas – no fórum e na vida cotidiana.

A pluralidade das temáticas abrange perspectivas relacionadas ao sistema de justiça criminal brasileiro. Os autores aprofundam questões multifacetadas, como o uso da arte e da música como meios de ressocialização e humanização da pena nas prisões, o impacto dos avanços tecnológicos nos crimes cibernéticos e os desafios enfrentados para investigá-los e puni-los, a violação de direitos e garantias fundamentais pelo/no sistema prisional e as implicações legais dos crimes virtuais, apenas para citar alguns.

Também mereceram tratamento enfático as questões vivenciadas por grupos específicos dentro do sistema prisional, sobretudo, como as mulheres encarceradas e a sua luta contra a “pobreza menstrual” (falta de higiene e infraestrutura, precarização das condições de vida e dignidade para mulheres em privação de liberdade), bem como a necessidade de reintegração dos presos na sociedade como forma de garantir a proteção humana, mormente quanto a grupos vulnerabilizados e subalternizados.

No geral, os textos aqui presentes fornecem contribuições valiosas sobre as complexidades do sistema de justiça criminal brasileiro e os desafios que ele enfrenta hoje – e continuará a enfrentar nas próximas décadas - visando promoção da justiça, da reabilitação e, em síntese, do respeito pragmático (muito além dos discursos e dispositivos legislados) aos direitos humanos fundamentais.

A Comissão Científica

